

Brasília2060 projeto

Opções Estratégicas em Segurança Pública

Refinamento

2015

Ficha Técnica

Opções Estratégicas em Segurança Pública - Refinamento pós-workshop

Diretora do Ibict: Cecília Leite

Coordenador do Projeto Brasília 2060: Paulo Egler

Elaboração do documento:

Coordenação

Dr. George Felipe de Lima Dantas

Pesquisador Sênior

Dr. Carlos Timo Brito

Consultores

Especialista Hadana Graziela Silva Pereira

Especialista Mauro Kaiser

Introdução

Este documento apresenta um refinamento das opções estratégicas discutidas em profundidade no “*Workshop sobre Segurança Pública na Área Metropolitana de Brasília (AMB)*”, realizado no Hotel Nacional, em Brasília, Distrito Federal, em 4 e 5 de março de 2015. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Ibict)¹, o Workshop faz parte do *Projeto Brasília 2060*².

O Workshop consistiu na determinação e priorização de temas da segurança pública agrupados em quatro grandes vertentes, (i) Recursos Humanos, (ii) Materiais e Processos, (iii) Integração e (iv) Gestão pelo Conhecimento. Esses temas foram definidos no transcurso da pesquisa e observaram a metodologia intitulada “Análise de Sustentabilidade” empregada pelo Ibict, bem como a transversalidade do tema “Segurança Pública” com as demais áreas temáticas do Projeto Brasília 2060. Essa mesma metodologia tornou possível que os grupos de trabalho, de constituição/origem diversificada e abrangente em termos dos seus membros constitutivos, manifestassem opiniões francas e objetivas, todas elas registradas sem qualquer tipo de restrição, incluindo expressões tanto de consenso quanto dissenso. Ao final, o produto resultante de cada grupo foi submetido, em regime de plenária, à consideração de todos os participantes, o que legitimou o trabalho realizado.

As questões trabalhadas no Workshop já haviam sido submetidas a um primeiro estágio de debate e exame, em uma fase imediatamente anterior ao workshop e em que cada um dos quatro grandes temas/vertentes foi “validado” por protagonistas setoriais da gestão da segurança pública do Distrito Federal (bombeiros, policiais civis e militares, gestores e agentes de trânsito). Antes disso ainda, o “Componente Segurança Pública” traçou uma “Linha de Base” (diagnóstico) da segurança pública na “Área Metropolitana de Brasília”,

¹ Entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

² Trata-se de um experimento de elaboração de políticas, planos e programas públicos cujo objeto de trabalho é a Área Metropolitana de Brasília nos próximos 45 anos. O projeto, o qual adota uma metodologia intitulada “Análise de Sustentabilidade”, envolve pesquisas em seis áreas temáticas precípuas, quais sejam: Educação; Saúde; Segurança Pública; Ciência, Tecnologia e Inovação; Mobilidade Urbana; e Cultura, Esporte e Lazer. O produto final do Projeto será o desenvolvimento de um sistema de informações estratégicas que colete, organize, sistematize e dissemine informações de três naturezas: estatísticas, textos e imagens e informações georreferenciadas. A finalidade disso é estabelecer um planejamento e respectivas políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades e complexidades dessa área, em especial a distribuição geográfica da população e os riscos sociais que se dispõem em dois entes federativos (DF e Goiás) com amplas disparidades socioeconômicas.

propondo elementos que subsidiaram a identificação dessas quatro vertentes. Os pesquisadores do "Componente Segurança Pública", no estabelecimento inicial das bases do estudo, foram selecionados pelo Ibict à luz de suas respectivas credenciais acadêmicas, bem como exposição prévia ao setor da segurança pública em termos de gestão e/ou operacionalmente.

1) Breve Revisão dos Temas Estratégicos e Opções Estratégicas

Tal como mencionado em documentos anteriores, dentre os quais se destacam o *Relatório de Linha de Base* (dezembro de 2014) e o *Sumário Executivo da Linha de Base* (janeiro de 2015), a pesquisa identificou quatro temas estratégicos no campo da segurança pública e defesa social:

- 1) Recursos Humanos;
- 2) Infraestrutura Material e Processual;
- 3) Integração Institucional; e
- 4) Gestão pelo Conhecimento.

Esses quatro temas foram identificados a partir de um amplo diagnóstico quantitativo e qualitativo realizado no decorrer da elaboração de Linha de Base. Tais temas referem-se a assuntos de relevância para a gestão da segurança pública da AMB que não envolvem, a priori, reformas de vulto no âmbito das instituições de governança da segurança pública da região. Em outras palavras, esses temas envolvem aspectos da segurança pública que não estão necessariamente sob a análise dos parlamentos nacional e distrital, nem iniciativas que demandam modificações no marco legal da segurança pública.

Enfim, os temas e opções estratégicas aqui discutidas referem-se a medidas que podem ser implantadas diretamente pelos poderes executivos locais, com base na estrutura e legislação existentes (ou com mínimas modificações infralegais). As seções a seguir apresentam os resultados do workshop.

1.1) Recursos Humanos

Em regime de Mercado de Informações³, os participantes do Workshop identificaram as seguintes opções estratégicas com relação ao tema:

- Garantir a segurança jurídica de forma que o processo de seleção possa levar em conta as competências necessárias para o desempenho da segurança pública, levando-se em conta a formação acadêmica compatível com o mapa e o perfil profissiográfico. Necessário se faz observar os aspectos: vida pregressa; perfil psicológico; saúde; etc.
- Revisar os critérios relativos ao sexo biológico na seleção nas instituições de Segurança Pública, fomentando uma presença equilibrada entre homens e mulheres nas corporações.
- Aprofundar e revisar, periodicamente, o estudo do mapa e do perfil profissiográfico, por cargo, nas instituições de Segurança Pública, coerente com a sociedade.
- Valorizar e promover o respeito do profissional de segurança pública em face das próprias instituições, da sociedade, da mídia e do Estado, dirigindo-se especial atenção à valorização humana e à paz social, inclusive, tornando a carreira mais atrativa.
- Garantir ações voltadas ao levantamento de dados, ao apoio e à assistência à saúde biopsicossocioespíritual do profissional de Segurança Pública, inclusive quanto à preparação para a inatividade. Convém que seja priorizado o aspecto preventivo dessas ações.
- Promover ações que permitam aos gestores, aos pares e aos subordinados identificar sinais críticos no comportamento do profissional de segurança pública, em todos os níveis, e criar protocolos para encaminhamento ao atendimento e apoio à saúde mental.
- Adequar os currículos da formação, extensão e aperfeiçoamento do profissional de segurança pública às necessidades da sociedade quanto à manutenção da lei e da ordem e a consolidação da cultura de paz.
- Incrementar plano de carreira onde o agente de Segurança Pública possa atuar como protagonista no processo.

³ Vide o documento intitulado “Relatório do Workshop”, elaborado por Carolina Ramallete e equipe, para mais informações sobre a metodologia utilizada na organização e condução do evento.

- Capacitar os profissionais para a realização do termo circunstanciado de ocorrência, antecipando e fomentando alterações no ordenamento jurídico vigente, para a realização das atividades de ciclo completo de polícia.
- Aprofundar o debate acerca de metodologias de ensino adequadas à formação e capacitação continuada do profissional de Segurança Pública, adequando currículos e estabelecendo intercâmbio nacional e internacional.
- Dirigir especial atenção ao acolhimento, respeito e relacionamento para com os grupos vulneráveis nas corporações.
- Adequar quantitativamente os efetivos das instituições à realidade demográfica da região de Brasília e áreas de influência.

Dentre as opções identificadas acima, foram selecionadas (em regime de diálogo com moderação e Plenária) as seguintes prioridades:

1.1.1) Garantir segurança jurídica de forma que o processo de seleção possa levar em conta as competências necessárias para o desempenho da segurança pública, levando-se em conta a formação acadêmica compatível com o mapa e o perfil profissiográfico.

1.1.2) Necessário se faz observar os aspectos: vida pregressa; perfil psicológico; saúde; etc.

Adequar os currículos da formação, extensão e aperfeiçoamento do profissional de segurança pública às necessidades da sociedade quanto à manutenção da lei e da ordem e a consolidação da cultura de paz.

1.1.3) Capacitar os profissionais para a realização do termo circunstanciado de ocorrência, antecipando e fomentando alterações no ordenamento jurídico vigente, para a realização das atividades de ciclo completo de polícia.

1.2) Infraestrutura material e processual

Com relação a este tema específico, as seguintes opções estratégicas foram identificadas:

- Desenvolver e aprimorar um sistema integrado único de informações integrado ao sistema nacional.

- Desenvolver, aprimorar e padronizar sistemas integrados de comunicações.
- Mapear, redesenhar e realizar automação dos principais processos das instituições.
- Captar recursos junto ao Orçamento Geral da União (OGU), Ministério da Justiça, Emendas Parlamentares e operações de crédito internas e externas para financiar as ações de segurança pública.
- Formular e implantar um modelo de gestão da infraestrutura.
- Manter a infraestrutura dos centros de ensino e formação das instituições com equipamentos e instalações modernos e atualizados.
- Redimensionar as unidades físicas de segurança pública (delegacias de polícia, quartéis da PM, quartéis do BM e unidades prisionais), garantindo boas condições de segurança e trabalho.
- Implantar novas tecnologias para melhoria de procedimentos técnicos operacionais (ex. aplicação de espuma).
- Disponibilizar EPI para todos os servidores em seu ingresso nas corporações.
- Implantar governança da infraestrutura (por exemplo: recursos eletrônicos, câmeras, entre outros).
- Implantar gestão integrada dos processos e metodologias de aquisições e melhorias de infraestrutura, garantindo a interoperabilidade do sistema de segurança pública.
- Criar repositório (datacenter) de informações único sob a tutela da Secretaria de Segurança Pública, integrando todos os dados de interesse da segurança pública.

Destas, foram selecionadas como prioridade as seguintes:

1.2.1) Captar recursos junto ao OGU, Ministério da Justiça, Emendas Parlamentares e operações de crédito internas e externas para financiar as ações de segurança pública.

1.2.2) Criar repositório (datacenter) de informações único sob a tutela da Secretaria de Segurança Pública, integrando todos os dados de interesse da segurança pública.

1.2.3) Manter a infraestrutura dos centros de ensino e formação das instituições com equipamentos e instalações modernos e atualizados.

1.3) Integração Institucional

Identificaram-se as seguintes opções estratégicas:

- Implantar um *datawarehouse* (DW) geoespacial integrado por dados de todas as instituições de segurança pública, bem como de dados de outras instituições de interesse (socioeconômicos, concessionárias de serviço público, penitenciários, etc.). Isso corresponde, na modernidade, aos chamados centros de “fusão da informação”.
- Difundir o uso de ferramentas de análise dos dados disponíveis no DW.
- Criar base de conhecimento a partir do DW desenvolvido, com o emprego de tecnologia OLAP.
- Dar o acesso dos dados produzidos pela análise criminal às unidades operacionais segundo a necessidade de conhecer.
- Gerir de forma integrada o conhecimento das instituições de segurança pública.
- Promover a capacitação dos operadores de segurança pública para a utilização de novas ferramentas e para lidar com a gestão do conhecimento.
- Promover e gerir uma cultura de integração a partir da formação inicial dos profissionais de segurança pública, bem como, entre eles, o sistema de justiça criminal e secretarias responsáveis por ações sociais, de forma progressiva, começando a partir dos cursos superiores.
- Promover a participação da comunidade na coleta de dados a serem utilizados na produção de conhecimentos a serem empregados no planejamento de segurança pública, inclusive com ações de propaganda para mobilizar a sociedade civil a favor das forças de segurança pública e contra a criminalidade em caráter permanente.
- Difundir e fomentar o tratamento científico dos dados de segurança pública.
- Promover permanente atualização e manutenção relativa aos equipamentos e aplicativos mais modernos.
- Trabalhar para minimizar a pressão existente na sociedade, principalmente sobre os mais jovens, contrárias às ações das forças de segurança e destacando o respeito à diversidade, por meio do estabelecimento de parcerias.

- Estabelecer e aprofundar parcerias formais entre as instituições de segurança pública e instituições acadêmicas, inclusive com a difusão do Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF, por meio do estabelecimento de parcerias.
- Promover a capacitação dos operadores.

Abaixo, as prioridades selecionadas:

1.3.1) Implantar um datawarehouse (DW) geoespacial integrado por dados de todas as instituições de segurança pública, bem como de dados de outras instituições de interesse (socioeconômicos, concessionárias de serviço público, penitenciários, etc.).

1.3.2) Gerir de forma integrada o conhecimento das instituições de segurança pública.

1.3.3) Promover a capacitação dos operadores de segurança pública para a utilização de novas ferramentas e para lidar com a gestão do conhecimento.

1.4) Gestão pelo Conhecimento

Por fim, sobre este tema, foram identificadas as opções estratégicas a seguir:

- Tornar efetivo o *Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública* - CONSIOP (Colegiado das Autoridades de Segurança Pública – deliberação coordenada pelo secretário da Segurança Pública).
- Adotar uma base de dados única e compartilhada no Sistema de Justiça Criminal envolvendo as duas unidades federativas, Distrito Federal e Goiás.
- Fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGIE).
- Criar e implantar um sistema de comunicação operacional integrado no/e entre DF e Goiás envolvendo as instituições do setor da segurança pública.
- Construir e implantar um plano de comunicação social conjunto voltado à difusão de ações, dados e informações de interesse da segurança pública.

- Fortalecer e intensificar as operações integradas das forças de segurança pública e de defesa social da região da AMB.
- Elaborar uma política de educação integrada (aperfeiçoamento e capacitação) das forças de segurança pública e defesa social.
- Construir e implementar políticas integradas de valorização do servidor (saúde, salário, entre outros.)
- Construir caminhos e encaminhar propostas para a criação de uma única instituição de segurança pública.

Dessas opções estratégicas, extraíram-se as seguintes prioridades:

1.4.1) Adotar uma base de dados única e compartilhada no Sistema de Justiça Criminal envolvendo os dois entes federativos, Distrito Federal e Goiás.

1.4.2) Tornar efetivos o Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública - CONSIOP (Colegiado das Autoridades de Segurança Pública – deliberação coordenada pelo secretário da Segurança Pública) e o Gabinete de Gestão Integrada do Entorno (GGIE).

1.4.3) Elaborar uma política de educação integrada (aperfeiçoamento e capacitação) das forças de segurança pública e defesa social.

2) Refinamento das Prioridades Identificadas (Opções Estratégicas)

Destarte, em conclusão do trabalho realizado no Workshop, foi selecionado um total de 12 (doze) prioridades, a saber:

- i) Garantir segurança jurídica de forma que o processo de seleção possa levar em conta as competências necessárias para o desempenho da segurança pública, levando-se em conta a formação acadêmica compatível com o mapa e o perfil profissional. É necessário se fazer observar os aspectos: vida pregressa; perfil psicológico; saúde; etc.

- ii) Adequar os currículos da formação, extensão e aperfeiçoamento do profissional de segurança pública às necessidades da sociedade quanto à manutenção da lei e da ordem e a consolidação da cultura de paz.
- iii) Capacitar os profissionais para a realização do termo circunstanciado de ocorrência, antecipando e fomentando alterações no ordenamento jurídico vigente, para a realização das atividades de ciclo completo de polícia.
- iv) Captar recursos junto ao OGU, Ministério da Justiça, Emendas Parlamentares e operações de crédito internas e externas para financiar as ações de segurança pública.
- v) Criar repositório (datacenter) de informações único sob a tutela da Secretaria de Segurança Pública, integrando todos os dados de interesse da segurança pública.
- vi) Manter a infraestrutura dos centros de ensino e formação das instituições com equipamentos e instalações modernos e atualizados.
- vii) Implantar um *datawarehouse* (DW) geoespacial integrado por dados de todas as instituições de segurança pública, bem como de dados de outras instituições de interesse (socioeconômicos, concessionárias de serviço público, penitenciários, etc.). Isso corresponde, na modernidade, aos chamados centros de “fusão da informação”.
- viii) Gerir de forma integrada o conhecimento das instituições de segurança pública.
- ix) Promover a capacitação dos operadores de segurança pública para a utilização de novas ferramentas e para lidar com a gestão do conhecimento.
- x) Adotar uma base de dados única e compartilhada no Sistema de Justiça Criminal envolvendo os dois entes federativos Distrito Federal e Goiás.
- xi) Tornar efetivos o Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública - CONSIOP (Colegiado das Autoridades de Segurança Pública – deliberação coordenada pelo Secretário da Segurança Pública) e o Gabinete de Gestão Integrada do Entorno (GGIE).
- xii) Elaborar uma política de educação integrada (aperfeiçoamento e capacitação) das forças de segurança pública e defesa social.

Naturalmente, há elevado grau de sobreposição (“overlap”) entre prioridades, por força da transversalidade e interdependência dos temas e opções estratégicas. Destacam-se, nesse sentido, os seguintes conjuntos de prioridades:

a) Conjunto 1

- ii) Adequar os currículos da formação, extensão e aperfeiçoamento do profissional de segurança pública às necessidades da sociedade quanto à manutenção da lei e da ordem e a consolidação da cultura de paz.
- iii) Capacitar os profissionais para a realização do termo circunstanciado de ocorrência, antecipando e fomentando alterações no ordenamento jurídico vigente, para a realização das atividades de ciclo completo de polícia.
- vi) Manter a infraestrutura dos centros de ensino e formação das instituições com equipamentos e instalações modernos e atualizados.
- ix) Promover a capacitação dos operadores de segurança pública para a utilização de novas ferramentas e para lidar com a gestão do conhecimento.
- xii) Elaborar uma política de educação integrada (aperfeiçoamento e capacitação) das forças de segurança pública e defesa social.

Todas estas prioridades lidam com um tema em comum, diretamente associado à questão central dos recursos humanos: *educação em segurança pública*. Nesse sentido, entende-se que tais prioridades possam ser unificadas sob a seguinte redação, a qual abrangerá, ainda que implicitamente, todos os elementos priorizados (notadamente: currículos, capacitação, infraestrutura, tecnologia, etc), qual seja:

“Elaborar e implantar uma política integrada de educação em segurança pública e defesa social que enfatize a gestão do conhecimento em prol da manutenção da ordem e da consolidação da cultura de paz”.

b) Conjunto 2

- v) Criar repositório (datacenter) de informações único sob a tutela da Secretaria de Segurança Pública, integrando todos os dados de interesse da segurança pública.
- vii) Implantar um *datawarehouse* (DW) geoespacial integrado por dados de todas as instituições de segurança pública, bem como de dados de outras instituições de interesse (socioeconômicos, concessionárias de serviço público, penitenciários, etc.). Isso corresponde, na modernidade, aos chamados centros de “fusão da informação”.
- viii) Gerir de forma integrada o conhecimento das instituições de segurança pública.
- x) Adotar uma base de dados única e compartilhada no Sistema de Justiça Criminal envolvendo os dois estados, Distrito Federal e Goiás.

Assim como o Conjunto 1, as prioridades elencadas acima tratam de um tema comum, qual seja, gestão integrada de dados e informações em segurança pública, as quais podem ser unificadas conforme a seguinte proposição:

“Implantar e gerir de forma compartilhada um repositório (datacenter) integrado de informações de segurança pública e defesa social que envolva todas as organizações de segurança pública e defesa social do Distrito Federal e Goiás”.

Dessa forma, pode-se propor um rol simplificado de 5 (cinco) ações estratégicas prioritárias, a saber:

- I) (Conjunto 1) *Elaborar e implantar uma política integrada de educação em segurança pública e defesa social que enfatize a gestão do conhecimento em prol da manutenção da ordem e da consolidação de uma cultura de paz.*
- II) (Conjunto 2) *Implantar e gerir de forma compartilhada um repositório (datacenter) integrado de informações de segurança pública e defesa social que envolva todas as organizações de segurança pública e defesa social do dois entes federativos (Distrito*

Federal e Goiás). Isso corresponde, na modernidade, aos chamados centros de “fusão da informação”.

III) (i) *Garantir segurança jurídica de forma que o processo de seleção possa levar em conta as competências necessárias para o desempenho da segurança pública, levando-se em conta a formação acadêmica compatível com o mapa e o perfil profissiográfico. Necessário se faz observar os aspectos: vida pregressa; perfil psicológico; saúde; etc.*

IV) (iv) *Captar recursos junto ao Orçamento Geral da União (OGU), Ministério da Justiça, Emendas Parlamentares e operações de crédito internas e externas para financiar as ações de segurança pública.*

V) (xi) *Tornar efetivos o Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública - CONSIOP (Colegiado das Autoridades de Segurança Pública – deliberação coordenada pelo Secretário da Segurança Pública) e o Gabinete de Gestão Integrada do Entorno – GGIE.*

3) Qualificação das Opções Estratégicas Refinadas

Ressalte-se, preliminarmente, que o presente exercício de refinamento das opções estratégicas deve ser relativizado e interpretado, pelo leitor, com cautela e parcimônia. Nesse sentido, uma vez identificadas e refinadas tais opções, deve-se, em sequência, qualificá-las à luz de observações apresentadas a seguir.

Primeiramente, para gerarem efeitos positivos no campo da segurança pública da AMB, essas 5 (cinco) opções estratégicas devem prescindir de um sólido amparo em termos de política pública setorial (segurança pública). Essa política deve levar em conta o pacto federativo e dispor de mecanismos que promovam efetivamente a integração entre as diversas organizações de segurança pública, tanto em âmbito distrital, intraestadual, interestatal e nacional. Nesse sentido, frise-se que, no momento, inexistente no Brasil (e no DF e GO, especificamente, para todos os efeitos) política de segurança pública (tal como apontado pelo Tribunal de Contas da União em Acórdão e relatório emblemático de 2014⁴).

⁴ Relatório do Tribunal de Contas da União de 2014 (TC 018.922/2013-9, de autoria do Ministro José Jorge) e Acórdão nº 1042/2014 – TCU.

Ademais, o refinamento das opções estratégicas confirma a fragilidade dos processos de gestão e governança da segurança pública da AMB. Isso não é totalmente surpreendente porque, tal como apontado no parágrafo anterior, há carência de políticas públicas setoriais de segurança pública que favoreçam essa gestão – uma gestão eficiente de recursos humanos, técnicos e processuais, bem como a aquisição e uso de equipamentos específicos (inclusive de TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação).

Em outras palavras, podem-se compreender as opções estratégicas como ações de um planejamento estratégico integrado que é, hoje, inexistente. Ou seja, a adoção de qualquer opção estratégica deve ser precedida de medidas de gestão e planejamento, sem as quais haverá reforço de práticas correntes. Produzir-se-á, provavelmente, resultados insuficientes, tal como observado nos tempos atuais. Para ilustrar esta importante observação, tome-se, por exemplo, a seguinte opção estratégica:

“Implantar e gerir de forma compartilhada um repositório (datacenter) integrado de informações de segurança pública e defesa social que envolva todas as organizações de segurança pública e defesa social do dois entes federativos (Distrito Federal e Goiás). Isso corresponde, na modernidade, aos chamados centros de “fusão da informação”.

Essa opção estratégica somente faz sentido se inserida em uma política pública, pois as informações produzidas permitirão a realização de um planejamento conjunto apropriado, o qual dará sentido à gestão pelo conhecimento. Mas o que ocorre na atualidade é exatamente o contrário disso: não há uma política pública implantada, os processos de gestão e planejamento são estanques e não há compartilhamento de informações. O sistema de segurança pública, assim, é fragilizado e torna-se ineficiente e custoso (tal como apontado no Relatório da Linha de Base).

Ainda mais grave é a situação referente à confiabilidade e validade dos dados de segurança pública produzidos pelas organizações de segurança pública. Sabe-se, nesse sentido, que os dados e informações desse setor dispõem de graves problemas e imprecisões. Isso reflete, em suma, uma cultura de gestão *política* dos dados e informações de interesse público (as chamadas “estatísticas de segurança pública”), ao invés de uma gestão profissional

do conhecimento para fins de fornecimento de serviços públicos de qualidade para os cidadãos-clientes.

Percebe-se, assim, uma linha lógica e perversa na gestão da segurança pública: os dados e informações são invariavelmente manipulados para fins políticos; como resultado, os processos de planejamento ficam corrompidos. E como a estrutura institucional é fragmentada, cada organização de segurança pública acaba elaborando um planejamento unilateral, que não se comunica com os demais. Disso resulta a ineficiência dos gastos e do uso dos diversos recursos de segurança pública. Considerando que não há um planejamento integrado, nota-se uma descentralização “amadora” das ações supostamente articuladas. Igualmente, não há acúmulo de experiências nem registro do que é feito e dos resultados do trabalho – o que demonstra, ainda mais profundamente, graves problemas de gestão.

Perde-se, assim, no contexto da gestão da segurança pública, o foco na sociedade; esse foco acaba residindo na opinião pública e nos interesses difusos do campo político. Nesse ambiente, faz sentido a ausência de políticas públicas eficientes, pois isso favorece a gestão política e dificulta a gestão profissional pelo conhecimento.

Exemplo claro disso é a ênfase nos processos de controle e diminuição de homicídios. Trata-se de o principal crime a produzir “manchetes” em jornais e telejornais, ainda que seja consensual no meio científico que esse tipo de crime é preterido por uma série de desvios de menor potencial ofensivo. Além do mais, uma parcela considerável dos homicídios é cometida em ambientes e situações em que a atuação dos órgãos de segurança pública é bastante limitada e a prevenção resta largamente dificultada (como é o caso de crimes passionais, que ocorrem em residências e entre indivíduos que se conhecem). O foco no homicídio é um indicador claro da politização da segurança pública. Isso, dessa forma, obscurece a importância da prevenção de outros crimes e de outras ações muito bem sucedidas no campo da segurança pública, como é o caso dos serviços de defesa civil e pronto atendimento fornecidos pelos Corpos de Bombeiros Militares, por exemplo.

Portanto, à luz das considerações apresentadas, devem-se interpretar as opções estratégicas refinadas com moderação, sem adotá-las como medidas imunes aos macroprocessos de planejamento e gestão indispensáveis para a governança da segurança pública. Dessa maneira, as opções estratégicas aqui relacionadas são antecedidas e amparadas por três elementos imprescindíveis: a) políticas públicas elaboradas a partir de dados e informações válidos e

confiáveis, legitimados pela sociedade; e b) gestão profissional da segurança pública, orientada pelo conhecimento e por evidências, com participação comunitária; e c) planejamento estratégico integrado e transversal.